

Notas sobre contactos Nicolau e general Heleno

Folha de São Paulo

Cardoso nega ter recebido telefonemas de ►Nicolau◄

13/12/2000

Autor:

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: A5

Edição: São Paulo Dec 13, 2000

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: CASO TRT

Assuntos Principais: INVESTIGAÇÃO; ►NICOLAU◄ DOS SANTOS NETO; ALBERTO MENDES CARDOSO; DIÁLOGO; POLÊMICA; TRT /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/; OBRA; CORRUPÇÃO

Em nota, ministro diz que ligações de ex-juiz foram destinadas a assessor

Cardoso nega ter recebido telefonemas de ►Nicolau◄

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, afirmou ontem, por meio de uma nota oficial, que "não manteve contato telefônico com o juiz aposentado ►Nicolau◄ dos Santos Neto em qualquer época".

Ontem, o colunista da Folha Janio de Freitas informou que a procuradora do Ministério Público de São Paulo Isabel Groba descobriu que, entre 91 e 94, o juiz ►Nicolau◄ telefonou de 78 a 96 vezes para o número do general Cardoso, que na época estava na Subchefia do Exército do então Gabinete Militar da Presidência.

A nota afirma que, antes da indicação do então coronel Cardoso para o cargo de subchefe do Exército, o Gabinete Militar havia recebido a tarefa de preparar os processos de nomeação dos membros do Poder Judiciário (juízes classistas) para apreciação do presidente da República.

"Essa atribuição foi desempenhada exclusivamente por um oficial adjunto, fato que explica as chamadas telefônicas originadas de vários Tribunais Regionais de Trabalho para os números da subchefia."

Investigação

Antes da divulgação das notas, a procuradora Maria Luísa Duarte, do Ministério Público Federal, disse que apura a relação entre o ex-juiz ►Nicolau◄ dos Santos Neto e o general Alberto Cardoso.

A Procuradoria da República em São Paulo quer saber se o general tem algum envolvimento na liberação das verbas para a construção do prédio do TRT-SP. Na nota oficial (leia íntegra nesta página), o general Alberto Cardoso afirma que

serviu como coronel no Gabinete Militar da Presidência da República na condição de subchefe do Exército entre 25 de novembro de 1991 e 29 de março de 1994.

De acordo com a nota, as nomeações de juízes classistas não passavam pela Subchefia do Exército, cargo então ocupado por Alberto Cardoso, mas "o assunto era levado diretamente para o Chefe do Gabinete Militar".

Na nota, divulgada no início da noite de ontem, o general Cardoso "lamenta" ainda que o jornalista "não tenha tido o cuidado de apurar, junto ao Gabinete de Segurança Institucional, a veracidade de suas alegações".

Outro general

Com a nota oficial, a assessoria do general divulgou ainda uma carta do general Augusto ►Heleno◄ Ribeiro Pereira enviada ao colunista da Folha (leia ao lado). Na carta, o general ►Heleno◄ afirma que as ligações do ex-juiz ►Nicolau◄ foram dirigidas a ele e não ao general Cardoso.

Ele afirma que, de outubro de 1990 a abril de 1992, recebeu a incumbência de formatar e encaminhar os processos de nomeação dos membros do Poder Judiciário (juízes classistas) para apreciação do presidente da República.

"Encarregado desse assunto, eu fazia todos os contatos e o tratava, por ser tarefa eventual e inopinada, diretamente com o chefe do Gabinete Militar", afirma.

"Estreita ligação"

O general ►Heleno◄ diz ainda que, durante esse período, manteve "estreita ligação por motivos óbvios" com os presidentes de tribunal, em todos os níveis, e os ministros Jarbas Passarinho e Bernardo Cabral. "Dessa forma, tornaram-se comuns os contatos funcionais entre mim e inúmeros presidentes de tribunais, ministros de tribunais superiores e magistrados, em todos os níveis. Dentre eles, o juiz ►Nicolau◄ dos Santos Neto, presidente do TRT de São Paulo."

Ontem, Passarinho e Cabral afirmaram não se lembrar do general, negando que tivessem "estreita ligação" com ele (leia texto abaixo).

Para justificar o fim das ligações em 1994, o general ►Heleno◄ afirma que a data coincide com o seu afastamento do Gabinete Militar para assumir o comando da Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas.

O general termina a carta dizendo que "jamais teve ingerência na liberação de verbas de qualquer espécie".

Colaborou a Reportagem Local

General diz que ligações visavam verificar juízes

14/12/2000

Autor: SERGIO TORRES

Origem do texto: Da Sucursal do Rio

Editoria: BRASIL Página: A6

Edição: Nacional Dec 14, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: INVESTIGAÇÃO; ►NICOLAU◄ DOS SANTOS NETO; AGENOR HOMEM DE CARVALHO; GABINETE MILITAR; TELEFONEMA; TRT /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/; OBRA; CORRUPÇÃO

General diz que ligações visavam verificar juízes

SERGIO TORRES

DA SUCURSAL DO RIO

O general da reserva Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar da Presidência no governo Fernando Collor (1990-92), disse que o órgão verificava com as presidências dos Tribunais Regionais do Trabalho a idoneidade de juízes classistas indicados por sindicatos.

Segundo o general, essa pode ser a razão de o juiz aposentado ►Nicolau◄ dos Santos Neto, ex-presidente do TRT de São Paulo, ter telefonado de 78 a 96 vezes, entre 1991 e 1994, para a Subchefia do Exército do Gabinete Militar.

O telefone era usado pelo então coronel Alberto Cardoso, hoje general e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, conforme revelou, anteontem, o jornalista Janio de Freitas, colunista da Folha.

Em nota oficial, Cardoso nega ter mantido "contato telefônico com o juiz aposentado ►Nicolau◄ dos Santos Neto em qualquer época". Os contatos seriam feitos pelo general Augusto ►Helena◄ Ribeiro Pereira, do Gabinete Militar. Carvalho defendeu os dois. "Garanto que o Gabinete Militar nunca teve nenhum tipo de injunção, de ingerência de qualquer tipo de verba, muito menos relacionada ao TRT de São Paulo."

As presidências dos TRTs davam ao Gabinete Militar informações sobre os classistas indicados por sindicatos, afirmou o general.

Segundo o general, o gabinete procurava saber se havia sido feita investigação sobre a origem dos indicados. Ele citou como medidas necessárias a verificação da legalidade do sindicato e a checagem "nas polícias locais" da existência de antecedentes criminais.

Carvalho disse que levava as conclusões ao Ministério da Justiça. "Ele (o ministro) fazia uma triagem, e o presidente, ao nomear, sabia a quem estava atendendo ou deixando de atender."

Para ele, o número de telefonemas não surpreende. "Muitos deles foram dados, provavelmente, de secretária para secretária."